

UM MUNICÍPIO “DIÁRQUICO”? A ATUAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO LEGISLATIVO DE RIO GRANDE - RS NO FINAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1983-1985)

Alvaro Augusto de Borba Barreto¹
Nilton Garcia Sainz²

Resumo: Este artigo analisa o legislativo municipal de Rio Grande (RS) durante os últimos anos da ditadura civil-militar. O objetivo é compreender como as bancadas partidárias se posicionaram diante do fim da ditadura em um município que era Área de Segurança Nacional, que tinha um prefeito nomeado pelo regime e um legislativo de oposição à ditadura e escolhido por eleições diretas. Por meio de análise de conteúdo, a investigação analisou 337 atas da Câmara Municipal, durante os anos de 1983 a 1985, buscando identificar posicionamentos dos vereadores sobre o contexto da ditadura e da redemocratização do país. Os resultados da pesquisa demonstraram as transformações que ocorreram nos comportamentos das bancadas ao longo dos anos analisados, com destaques para atuação das oposições, que denunciavam a ditadura militar a nível nacional e local, e o processo de reorganização e de esvaziamento do PDS com o aprofundamento da redemocratização.

Palavras chave: Análise Legislativa; Redemocratização; Poder Local; Área de Segurança Nacional

Recebido em: 3/09/2019

Aceito em: 6/12/2019

¹ Doutor e Mestre em História. Graduação em Filosofia e Comunicação Social. Professor do PPG em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol-UFPel). E-mail de contato: albarret.sul@gmail.com

² Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas. Graduação em Ciências Sociais. E-mail de contato: sainznilton@gmail.com

A “DIARCHIC” MUNICIPALITY? THE PERFORMANCE OF POLITICAL PARTIES IN THE RIO GRANDE - RS LEGISLATURE IN THE END OF THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1983-1985)

Abstract: This article analyzes the municipal legislature of Rio Grande - RS during the last years of the civil-military dictatorship. The aim of the study is to understand how parties positioned themselves in the face of the end of dictatorship in a National Security Area municipality, which had a mayor appointed by the regime, and a legislature chosen by direct elections to oppose dictatorship. Through content analysis, the investigation analyzed 337 documents of the Rio Grande City Council, during the years 1983 and 1985, seeking to identify the councilors' positions on the context of the dictatorship and redemocratization of the country. The research results showed the transformations that occurred in the behavior of the stands over the years analyzed, with highlights for the oppositions, which denounced the military dictatorship at national and local level. In addition to the process of reorganization and emptying of the PDS with the deepening of redemocratization.

Keywords: Legislative Analysis; Redemocratization; Local Power; National Security Area

Introdução

A política local é objeto pouco investigado pelas ciências humanas de maneira geral. No entanto, percebe-se a necessidade de compreender os processos políticos-institucionais dos municípios brasileiros, observando as singularidades que cada localidade pode apresentar. Entende-se que a investigação do passado político das cidades brasileiras é parte da busca pelo conhecimento, tanto para ampliar o levantamento de informações sobre os municípios, quanto para auxiliar na compreensão das atuais realidades da política local.

Com isso, a partir do caso do município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, o estudo pretende compreender a atuação do Poder Legislativo municipal durante os últimos anos da ditadura civil-militar. Busca-se contribuir à investigação da história e da memória política do município durante o período de transição do regime autoritário para a democracia. A escolha pelo caso de Rio Grande ocorre por conta das singularidades encontradas, como o fato de o município ser considerado Área de Segurança Nacional (ASN) pela ditadura, o que resultou em chefes do Executivo municipal nomeados pelo regime; e, ao mesmo tempo, ter no Legislativo municipal maiorias eleitas de oposição à ditadura. Tal conflito entre Executivo e Legislativo de Rio Grande fez com que o município tivesse um cenário diárquico, ou seja, um prefeito de confiança do regime e uma maioria contrário à ditadura, eleita pelo povo, na Câmara dos Vereadores. Como explica Lamounier (1985, p. 136), essa situação deixava as estruturas de poderes do município com “duas pretensões de legitimidade e, até certo ponto, duas estruturas de poder”.

A investigação tem como objetivo principal analisar como se dava a atuação das bancadas partidárias durante os anos de 1983, 1984 e 1985, respondendo ao seguinte questionamento: diante da conjuntura política nacional de transição de regime, como se posicionaram as bancadas de apoio e de oposição à ditadura no Legislativo municipal de Rio Grande? O recorte temporal escolhido possibilita investigar os eleitos em 1982 para a Câmara de Vereadores e acompanhá-los até o ano que marca o início da Nova República. Em termos concretos, é analisada a atuação de: Partido Democrático Social (PDS), criado a partir da extinção da ARENA³, em 1979; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), criado com a extinção do MDB⁴; e Partido Democrático Trabalhista (PDT), sigla criada por Leonel Brizola, dando continuidade ao movimento trabalhista no país. Em 1985, soma-se à análise, o Partido da Frente Liberal (PFL), surgido no mesmo ano na Câmara de Vereadores de Rio Grande e no país por conta de migrações partidárias.

O estudo utiliza como fonte de pesquisa os cadernos de atas do Legislativo riograndino, disponíveis na Câmara Municipal de Vereadores. Ao todo, foram analisados seis cadernos de atas do período 1983-1985 (dois por ano), o que resultou em um universo de 337 atas analisadas. Para o procedimento de investigação, adotou-se o método de análise de conteúdo, focando na frequência dos termos que se repetem nos textos e também em relação às ausências e presenças

³ Aliança Renovadora Nacional, partido de apoio à ditadura civil-militar.

⁴ Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição consentida pelo regime militar.

de conjuntos de características no conteúdo dos documentos (Bardin, 2011; Caregnato; Mutti, 2006; Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014).

Para além de introdução e referências, este artigo está dividido em cinco seções. A primeira busca retornar à literatura que versa sobre o período da redemocratização, realiza uma revisão daquela produzida no Brasil durante os anos 1980 e 1990, apresenta acontecimentos históricos que marcaram a política nacional durante o período e que são fundamentais para compreensão do desdobramento da política local, como a fundamentação da ASN no país. Em seguida, expõe brevemente a história do município de Rio Grande durante a ditadura civil-militar, elucidando alguns pontos cruciais sobre a relação do município com o regime e também os significados da oposição à ditadura para essa cidade. Dessa maneira, retomam-se alguns acontecimentos e atores que ganharam destaque durante essa época. A terceira seção disserta sobre a metodologia aplicada à investigação, razão pela qual apresenta detalhadamente o modo como ela foi operacionalizada. Logo depois, explana os resultados obtidos com o trabalho de pesquisa, divulga dados gerais sobre os embates, mas também traz os resultados de cada bancada partidária durante o período analisado. Ressalva-se que, além de dados quantitativos sobre esses enfrentamentos, buscou-se somar aos resultados os principais temas e pronunciamentos ocorridos no Legislativo, proporcionando, assim, uma compreensão do cotidiano da instituição. Por fim, há as considerações finais, com o propósito de realizar um fechamento sobre a questão indagada a priori e sobre os resultados que foram alcançados.

1. Da abertura ao fim da ditadura

Marcado na história brasileira como um período de fortes repressões, seguido de violações de direitos humanos e casuísmos por parte do Estado brasileiro, a ditadura civil-militar encerrou o ciclo democrático que vigorava há 20 anos no Brasil. Desde sua instauração, em 1964, o poder Executivo, controlado por um general do Exército (Castello Branco), passou a sobrepor os poderes Legislativo e Judiciário, que foram mantidos com o objetivo de passar uma imagem de legitimação democrática ao regime (Kinzo, 1988). Na prática, isso significou a capacidade do Executivo de ter uma espécie de “superpoder”, controlando as demais instituições, alterando a Constituição por maioria legislativa simples, cassando direitos políticos e promulgando medidas arbitrárias, quando fosse do seu interesse (Couto, 2003). Com a supressão dos direitos de escolha e de opinião, acompanhado de censura e repressão policial, o Brasil passou por uma série de reformas econômica e políticas, como a extinção do pluripartidarismo (Couto, 2003).

Durante a ditadura civil-militar, aquilo que era conhecido como Lei de Segurança Nacional (LSN), criada no governo Vargas, recebeu uma reformulação e novos significados. Pós-II Guerra Mundial e com origens na escola norte-americana de guerra (Dal Ri Jr, 2013), a agora Doutrina de Segurança Nacional (DSN) tinha o objetivo de proteger as partes fundamentais do Estado dos inimigos externos, mais precisamente da ameaça comunista. Bicudo (1984) explica que a DSN não passava de uma estratégia imperialista norte-americana para influenciar os países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento que serviu para acorrentar o povo

brasileiro a um Estado arbitrário, repressivo e com o controle total da administração por parte dos militares.

No Brasil, a DSN surgiu com o objetivo interno de combate ao comunismo. Foi implementada a ideia de um inimigo comum, que deveria ser combatido por toda a Nação, formando um sentimento de “guerra total” (Bicudo, 1984). Mas, também, havia o consenso por parte dos militares da necessidade de desenvolvimento econômico e social para o fortalecimento do próprio regime. No entanto, tal doutrina era um limitador das garantias individuais e da democracia (Dal Ri Jr, 2013), serviu para a perpetuação no poder de uma elite dominante que se aproveitou do momento para criação de um ambiente favorável para suas relações econômicas.

Por meio da DSN, áreas estratégicas foram estabelecidas no país, ficando conhecidas como Áreas de Segurança Nacional (ASN). Foram consideradas ASN⁵ os municípios de interesse de segurança nacional, localizados em regiões de fronteiras, áreas com recursos hidrominerais, grandes centros urbanos e industriais (capitais) e cidades portuárias, como é o caso de Rio Grande.

Responsável por conduzir o processo de abertura democrática, o Gen. Ernesto Geisel é o escolhido para substituir o Gen. Emilio Garrastazu Médici. Junto com a responsabilidade de realizar um processo de transição “lento, gradual e seguro”, Geisel precisou administrar o final do aceleração econômico vivido no governo anterior, fruto das reformas econômicas realizadas no começo do regime (Couto, 2003). Em paralelo, Geisel enfrentava adversários da linha dura do regime, que não estavam dispostos a facilitar o processo de abertura democrática. Assim, junto ao seu principal estrategista, Gen. Golbery do Couto e Silva⁶, o governo de Geisel não abriu mão da concentração de poder, dando continuidade à repressão exercida pelo Estado.

No entanto, a partir de 1974, houve a ascensão da oposição à ditadura nas eleições, com a conquista de 16 dos 22 cargos disponíveis para renovação do Senado pelo MDB e o aumento de sua presença na Câmara dos Deputados, que passou de 28% para 44% (Trindade, 1985; Couto, 2003). Diante desse resultado, o regime articulou uma ação unilateral e casuística para frear o baixo desempenho da ARENA. Com a estratégia de transição por vias eleitorais, o governo Geisel manipulou as regras do jogo e controlou a liberalização política, promovendo sistemáticos ataques que interferiram nos avanços eleitorais da oposição, o que passava a sensação de controle do processo de abertura para os atores ligados ao regime (Arturi, 2001).

Nesse sentido, é possível dizer que o processo de transição teve um forte controle das elites do regime autoritário, que desempenharam um papel decisório, fazendo com que tivesse um “caráter moderado de mudança” (Diniz, 1986). Com a transição ocorrendo por vias eleitorais, foi consentido que a oposição democrática avançasse de uma forma gradual, mantendo viva as forças que apoiavam a ditadura durante todo período (Lamounier, 1985; Arturi, 1995). Por mais que o processo eleitoral fosse fortemente manipulado pelo regime, foi criada uma sensação de

⁵ A Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, promulgada pelo Presidente da República Costa e Silva, determinou que 68 municípios, de 10 estados brasileiros, se tornassem Área de Segurança Nacional. Entre esses municípios, Rio Grande. Estima-se que cerca de 162 municípios ganharam essa classificação geopolítica durante a ditadura, sendo Rio Grande do Sul e Minas Gerais os estados mais afetados (Azevedo, 2016).

⁶ Importante ator político da ditadura, Golbery era natural de Rio Grande (RS). A influência e a participação dele no município durante a ditadura será retomada no decorrer do artigo.

normalização do processo político que se desenvolvia de acordo com a legislação que era imposta pelo regime autoritário (Arturi, 1995). A transição no Brasil fica caracterizada por ser uma “transição através de negociação”, o que significa que “o regime autoritário inicia a transição, estabelece determinados limites para as mudanças políticas e permanece como força eleitoral relativamente significativa durante a transição” (Share; Mainwaring, 1988).

Mesmo com as sucessivas medidas para conter os avanços do MDB – como a Lei Falcão, que limitava o uso das mídias nas propagandas eleitorais –, o partido de oposição ao regime conquistou parte importante dos municípios nas eleições de 1976, especialmente aqueles mais populosos e urbanizados (Trindade, 1985). Com esse resultado, mesmo após as manipulações, os estrategistas do regime trataram de promover mais mudanças casuísticas para as eleições de 1978, que seriam para a renovação de 2/3 do Senado, renovação completa de Câmara dos Deputados, assembleias estaduais e eleições indiretas para governadores. Recorrendo ao AI-5⁷, Geisel fechou o Congresso Nacional, adotou o chamado “Pacote de Abril”, que promoveu uma série de mudanças nas regras do sistema eleitoral. Assim, de forma pragmática e agressiva, barrou a possível derrota que se aproximava em 1978 e manteve a ARENA no controle das instituições políticas (Couto, 2003).

Com essa jogada arbitrária, diversas mudanças⁸ constitucionais alteraram o sistema político, como por exemplo: permanência das eleições indiretas para Governador; criação dos “senadores biônicos” (escolhidos indiretamente); volta das sublegendas; alteração na proporcionalidade de representação das bancadas estaduais na Câmara dos Deputados, que passou a ser conforme a população de cada estado, e não pelo eleitorado; alteração do quórum para aprovação de emendas constitucionais, que caiu de 2/3 para maioria absoluta, retirando a possibilidade de o MDB barrá-las; mandato presidencial seguinte (sucessor de Geisel) passou a ser de seis anos. Após essas mudanças, que controlaram o cenário político, mas também o militar, Geisel conseguiu condições favoráveis para dar prosseguimento ao processo de transição, passando para o seu sucessor, Gen. João Batista Figueiredo, em 1979, a responsabilidade de ampliação da abertura.

Ao passo que a distensão política acontecia, o novo governo teve pela frente uma série de problemas para administrar, a começar pela grave crise econômica que se aprofundava. Os níveis de inflação crescentes da época atingiram a classe trabalhadora, além de outros problemas sociais, como fome e desemprego. Com uma dívida externa gigantesca, o Brasil que era um país dependente de importações e o terceiro maior devedor do mundo no início de 1980 (Couto, 2003). Somando-se às adversidades da época, atentados terroristas foram registrados no período, entre eles o famoso caso do atentado ao Riocentro. Só no primeiro ano do governo de Figueiredo foram contabilizados três, já em 1980, o número cresceu para 46, sendo esses ataques atribuídos a organizações clandestinas de direita, descontentes com a redemocratização (Couto, 2003).

⁷ Responsável por aprofundar ainda mais a interferência do poder militar na política nacional, ampliando os poderes do Executivo para governar de acordo com o seu interesse (Couto, 2003).

⁸ Para informação mais detalhada sobre cada alteração que o “Pacote de Abril” provocou, ver: Couto (2003, p. 202).

Contudo, Figueiredo deu continuidade ao processo de transição e articulou a volta do pluripartidarismo, extinguindo ARENA e MDB. Essa estratégia usada pelos militares serviu para dividir as oposições em várias correntes (criando inicialmente outros quatro partidos de oposição e um de "centro"), contendo o fato de as eleições anteriores terem se tornado plebiscitárias em relação à aceitação do regime e resultarem em crescimento da oposição (Trindade, 1982). Segundo Arturi (1995, p. 20.), "a divisão da oposição em vários partidos políticos, antes do fim do regime autoritário, facilitou a realocação das elites políticas", o que, segundo o autor, resultou em uma transição "pactuada" apenas em termos institucionais, sem a necessidade de acordos explícitos. Isso também deixa uma marca na transição brasileira, pois os militares voltaram aos quartéis de forma discreta e pacífica (Gugliano; Gallo, 2011), deixando uma elite dominante de beneficiados do regime que não queriam a mudança da estrutura.

As oposições antes agrupadas em um único partido, agora se dividiram: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) passou a ser chamado de Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Como principal partido de oposição ao regime, detentor de uma força de votos urbanos muito significativa, o PMDB era um partido reformista, pragmático e de grande espectro, na qual o programa do partido girava em torno de "exigências pró-democráticas" (Selcher, 1988).

Foram criados, ainda: Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola e que trabalhava pela opção socialista na qual foi desenvolvida em parceria com partidos europeus, desenvolvida durante o exílio (Selcher, 1988); Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Luís Inácio Lula da Silva e que tinha em sua militância uma mistura de operários e intelectuais de esquerda da classe média, além de segmentos influenciados pela teologia da libertação (Selcher 1988); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado por Ivete Vergas, que disputou judicialmente contra Brizola o direito de se valer do capital simbólico que a sigla herança de Getúlio Vargas oferecia. Inicialmente, o PTB fez uma aliança com o PDS, servindo de apoio ao partido herança do regime em questões cruciais. Porém, a coalizão entre os dois partidos perdeu o significado com o esvaziamento do PDS ao longo dos últimos anos do regime e o PTB não conseguiu um desenvolvimento significativo nas arenas eleitorais (Selcher, 1988). Por fim, Partido Popular (PP), ainda pouco organizado e sem presença em todos estados e municípios, seria a legenda de centro e que poderia ser um eventual aliado do partido de apoio da ditadura. Porém, sofreu com as mudanças institucionais em 1981, que não permitiria coligações nas eleições de 1982 e determinava que o eleitor deveria votar no mesmo partido em todos os cargos. Desse modo, o PP acabou se fundindo com o PMDB e não chegou a participar, como tal, de nenhum processo eleitoral no país.

Também foi criado um partido para dar sustentação ao regime, o Partido Democrático Social (PDS), sucessor da ARENA, que sofreu com o desmonte da ditadura e a grave crise econômica e social que o país enfrentava. Selcher (1988) define o PDS como sendo um partido dominado pelo governo, e não um partido no governo, indicando que as vitórias conquistadas pela sigla em 1982 foram ocasionadas pela manipulação que os militares promoveram, alterando as regras com o pacote de novembro de 1981. Outro ponto importante é a perda de controle do regime a partir de 1983, o que resultou em um esvaziamento do PDS ao longo de 1984 e que trouxe problemas para o Executivo no final da transição (Selcher, 1988).

Porém, o resultado das eleições de 1982, marcadas por uma ampliação do debate político, foi positivo para o partido de sustentação do regime, que elegeu a maioria no Senado, a maior parte dos governadores e teve a maior representação parlamentar na Câmara dos Deputados, mantendo a sua hegemonia (Couto, 2003; Lima Jr, 1993). Em contrapartida, do ponto de vista eleitoral, o PMDB também atingiu resultados positivos, pois foi o partido mais votado nas eleições majoritárias para os governos do estado e para o Senado Federal, porém não atingindo resultados melhores que o partido governista nas eleições proporcionais (Lima Jr, 1993).

Com o prosseguimento da crise econômica que assombrava os brasileiros, os últimos anos do processo de transição política do regime para a democracia indicavam o esgotamento da estratégia dos militares de “gradualismo controlado e sujeitos a frequentes manipulações casuísticas” (Lamounier, 1985). Em 1983, o regime sofreu com demonstrações de desgastes, os próprios parlamentares do PDS recusaram a política salarial proposta pelo governo de Figueiredo (Share; Mainwaring, 1988). Com pressões que vinham das ruas e do Congresso, ocasionadas pelo movimento das Diretas Já e pela Emenda Dante Oliveira, em 1984, o regime teria que agir para revitalizar o projeto político, o que não conseguiu realizar. Com a rejeição da Emenda Dante Oliveira, que traria as eleições diretas, parte dissidente do PDS formou a Frente Liberal, que promoveu uma aliança com o PMDB para as eleições indiretas de 1985, que elegeu a chapa de Tancredo Neves (PMDB) e o vice José Sarney (PFL).

O novo governo, civil e opositorista, embora moderado, além de buscar uma construção da ordem democrática, tem de realizar profundas reformas políticas, como uma política econômica que enfrente e elimine a crise e que possibilite futuras reformas sociais (Arturi, 1995).

De qualquer modo, em março de 1985, com a posse de Sarney como presidente – Tancredo adoeceu na véspera da posse e faleceu pouco mais de um mês depois, em 21 de abril – e o início da chamada Nova República, os militares não estavam mais à frente do regime. Para muitos analistas, este fato marcou o término da ditadura e da transição democrática, embora ainda houvesse um longo caminho para a redemocratização do país, o qual implicava a realização de uma nova Constituição – afinal promulgada em 1988 – e a de eleições diretas para presidente – ocorrida apenas em 1989.

2. O contexto do município de Rio Grande antes e durante à ditadura

Rio Grande possui o único porto marítimo do estado do Rio Grande do Sul, encontrando-se em uma zona privilegiada por conta de fatores naturais, os quais fazem com que seja o principal escoadouro da produção do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, o porto ocupa o segundo lugar em movimentação de *containers* no Brasil, executando uma tarefa fundamental para a economia do estado e do país (Vasconcelos; Silva, 2007).

O município tem como característica a forte presença de trabalhadores do porto e, historicamente, desenvolveu-se a partir da existência de operários de outros setores da indústria associados à atividade portuária, distribuídos geograficamente no município em bairros com

essas formações (Kantorski, 2011). Rio Grande possuía uma intensa presença de organizações sindicais, assim, o município era palco de disputas entre a classe proletária e patrões, conforme identifica Kantorski (2011, p.59): “a tendência de organização reivindicativa de parte da população criou a imagem de uma cidade com tendência revolucionária”. O município foi palco de reivindicações trabalhistas da época, sendo registradas greves operárias, passeatas e confrontos com a polícia⁹ que passaram a fazer parte da formação política da cidade (Kantorski, 2011; Torres, 2009).

Entre dezembro de 1963 e abril de 1964, foi governado por um membro oriundo dos movimentos estudantis e trabalhistas, o Professor Farydo Salomão (PTB), que chegou a ser nomeado por João Goulart procurador da Petrobrás e da Frota Nacional de Petroleiros. Porém, após o golpe militar de 1964, Salomão e outros políticos do município tiveram seus direitos políticos cassados, sendo registrados episódios de torturas e humilhações¹⁰ a essas pessoas (Neves, 1990). Rio Grande foi palco de perseguições aos movimentos trabalhistas, instaurando-se no município organizações de ultradireita que chegaram a promover a “Marcha da família com Deus e pela liberdade” no município.

Foi nessa época que a cidade volta a receber a condição geopolítica de Área de Segurança Nacional. O que justificou tal classificação era a importância do porto do Rio Grande para os cofres do estado e da União, além de questões de segurança costeira e litorânea que faziam parte dos planos de defesa do regime militar.

A condição de ASN ajudou a inserir Rio Grande nos planos de desenvolvimento do regime durante o “milagre econômico”. Grandes investimentos foram realizados no governo Médici, por meio dos quais foram aplicados recursos nos setores industriais e portuários do município, sendo um dos que mais recebeu investimentos durante os anos de 1970 e 1980 (Costa, 2011). Essa conjuntura de investimentos resultou na ampliação da participação da economia gaúcha no cenário econômico nacional e, por conseguinte, ajudou a desenvolver a infraestrutura urbana da cidade (Costa, 2011; Costa, 2013).

Por outro lado, essa condição política retirou o poder dos cidadãos de Rio Grande de eleger os seus chefes do poder Executivo. A nomeação para prefeitos das cidades de ASN acontecia através da chancela do Governador do estado e do Presidente da República. Durante os anos da ditadura, Rio Grande teve seis prefeitos nomeados pelo regime, sendo eles: a) Martiniano Francisco de Oliveira (1964- 1966); b) Armando Cattani (1966-1969); c) Cid Scarone Vieira (1969-1975); d) Rubens Emil Corrêa (1975-1981); e) Irio Figueira Sucena (1978-1978); f) Abel Abreu Dourado (1981-1985).

Conforme aponta a investigação de Gerardi (2015), os prefeitos nomeados para a cidade de Rio Grande possuíam diferentes características de perfis. Armando Cattani e Cid Scarone Vieira eram oriundos das forças armadas, não possuíam família na política e menor grau de escolaridade.

⁹ No confronto conhecido como “Massacre da Linha do Parque” ocorrido no dia do trabalhador em 1950, foi registrada a morte de seis manifestantes e de dois policiais (Torres, 2009).

¹⁰ Houve em Rio Grande o navio “Canopus”, espaço destinado a prisões e torturas de pessoas da região Sul do Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar (Neves, 1990; Castro, 2018).

Por outro lado, Rubens Emil Corrêa era agropecuarista, com presença de familiares na política e carreira política antes da nomeação (havia sido eleito vereador em 1968 e em 1972 pela ARENA), já Abel Abreu Dourado era profissional da área industrial, com curso superior na área de administração. Segundo Gerardi (2015, p.77), as nomeações não eram, na maioria das vezes, escolhas unilaterais do regime, o que fez com o recrutamento desses prefeitos também fosse partilhado com as elites locais.

Além do desenvolvimento, resultado do investimento que os militares fizeram na cidade, o regime contou com um importante aliado para a sua imagem, o Jornal Rio Grande. O periódico, que até 1976 era o único em circulação na cidade, buscava "acalmar" a população em relação aos acontecimentos, sempre tratando as políticas realizadas pelo regime em tom de progresso, exaltando a figura do Presidente e mascarando a atuação da oposição à ditadura no Legislativo municipal. Além disso, o jornal realizava uma dura oposição ao ex-prefeito Farydo Salomão e a João Goulart, sendo o porta-voz dos setores conservadores de Rio Grande (Costa, 2013).

Para além dos investimentos realizados por conta da condição favorável de Rio Grande no contexto da ditadura, Golbery do Couto e Silva foi um ator de destaque durante o regime. Nascido em Rio Grande, foi um forte aliado do governo de Geisel, ajudando na articulação da abertura política iniciada em 1974. Segundo os relatos de Costa (2011), Golbery foi uma espécie de porta-voz dos anseios da população de Rio Grande e atuava frente ao desenvolvimento de projetos municipais.

Com isso, existiu em Rio Grande uma estrutura (investimentos industriais e portuários, desenvolvimento na estrutura urbana, aumento da sensação de segurança e propaganda favorável ao regime) que ajudou a legitimar a ditadura em contexto local e que persuadiu e aliciou parcelas da população. Ao mesmo tempo, existia a presença do sistema de repressão da ditadura na cidade, que fez uso da violência para descobrir informações e eliminar os focos de oposição ao regime, assim como assombrou o Jornal Agora, periódico local criado na segunda metade dos anos 70 (Costa, 2013).

No entanto, com as mudanças no cenário nacional, o aprofundamento da crise econômica e crescimento da dívida externa, a insatisfação com o regime também se fez notar em Rio Grande. Na Tabela 1, apresenta-se o desempenho eleitoral dos partidos políticos durante o bipartidarismo no município. Em 1968, contrariando a tendência dos demais municípios gaúchos (Noll, 1995; Noll; Trindade, 2004), Rio Grande elegeu no Legislativo uma maioria de oposição à ditadura. Já nas eleições de 1972, o regime conseguiu eleger a maioria arenista no Legislativo municipal, obtendo 52,4% das cadeiras de vereador, o que, em números absolutos, significa um vereador a mais do que a oposição. Isso revela que, mesmo com um cenário favorável aos militares, a ARENA enfrentava dificuldade nas eleições municipais. Em 1976, seguindo a tendência dos outros municípios brasileiros, o crescimento do MDB se confirmou, tendo eleito 57,1% de vereadores, contra 42,9% do partido do regime (Trindade, 1985; Trindade; Noll, 1991; Noll, 1995).

Tabela 1: Distribuição de cadeiras legislativas por partido (Rio Grande, 1968-1976)

Partido	Número de eleitos			%		
	1968	1972	1976	1968	1972	1976
ARENA	9	11	9	42,9	52,4	42,9
MDB	12	10	12	57,1	47,6	57,1
Total	21	21	21	100	100	100

Fonte: TRE-RS (1968; 1972; 1976)

Nas eleições de 1982, com o retorno do pluripartidarismo, o eleitorado de Rio Grande elegeu novamente uma maioria de oposição, ficando com 52% dos assentos do legislativo, contra 48% obtidos pelo PDS. A taxa de reeleição de 1976 para 1982 na Câmara de Vereadores de Rio Grande ficou em 52%, sendo mantido um total de 11 vereadores de uma legislatura para outra. No entanto, agora o Legislativo municipal estava dividido em três legendas partidárias: PDS, PMDB e PDT, sendo duas de oposição, conforme pode ser conferido na Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição de cadeiras legislativas por partido (Rio Grande, 1982)

Partido	N	%
PDS	10	47,6
PMDB	7	33,3
PDT	4	19,1
Total	21	100

Fonte: TRE-RS (1982)

A fim de compreender a formação dos partidos no Legislativo municipal de Rio Grande, apresenta-se a filiação partidária dos vereadores eleitos em 1982 durante a vigência do bipartidarismo, o que permite verificar as escolhas da elite política local, quando teve de aderir a uma das legendas criadas após a reforma partidária de 1979.

Quadro 1: Trajetória partidária dos vereadores eleitos em 1982 no sistema bipartidário

Vereador(a)	Bipartidarismo	Partido nas eleições de 1982
Renato Spindola Albuquerque	ARENA	PDS
Juarez Molinari	ARENA	PDS
Edes Silva da Cunha	ARENA	PDS
Alberto Amaral Alfaro	ARENA	PDS
Erico Martins	ARENA	PDS
Dilmo Perez	Sem Registro	PDS
Oscar Arejano Filho	ARENA	PDS
Sergio Alt Silva	Sem Registro	PDS
Antonio Edson dos Santos	Sem Registro	PDS
Vera Lucia Barbosa da Silva	ARENA	PDS
Sérgio Satt	MDB	PMDB
Ciro Cardoso Lopes	MDB	PMDB
Julio Rodrigues	MDB	PMDB
Adélia Lazzarini Andrino	MDB	PMDB
João Henrique Costa Romero	MDB	PMDB
Pedro Rodrigues Machado	Sem Registro	PMDB
Delamar Corrêa Mirapalheta	Sem Registro	PMDB
Ayrton Lopes da Silva	MDB	PDT
Luiz Alberto Modernell	MDB	PDT
José Orlando Pinho França	MDB	PDT
Hugo da Silva Machado	MDB	PDT

Fonte: Autores com base em TRE-RS (1968; 1972; 1976; 1982)

Observa-se no Quadro 1, que 76% dos vereadores de Rio Grande eleitos em 1982 já havia disputado outras eleições municipais no sistema bipartidário e 57% desses representantes tinham ocupado o cargo de vereador. Nota-se, ainda, o peso do advento do pluripartidarismo sobre a oposição: os sete vereadores eleitos pela ARENA em 1976, reeleitos em 1982, aderiram ao PDS; enquanto dos nove eleitos pelo MDB, cinco foram reeleitos pelo PMDB e quatro pelo PDT, indício da permanência do movimento trabalhista pré-1964 no município.

3. Metodologia aplicada à pesquisa

Houve a leitura integral das atas da Câmara Municipal de Rio Grande, entre os anos de 1983 e 1985, em um total de cerca de 1.350 páginas. Especificamente, buscou-se encontrar fragmentos nos pronunciamentos dos vereadores que demonstrassem seus posicionamentos em relação às discussões sobre a ditadura militar, tanto em âmbito nacional quanto municipal.

Para operacionalizar esse procedimento, após a leitura dos textos, foi construída uma tipologia para classificar os pronunciamentos de acordo com os posicionamentos em relação à ditadura.

Para o partido de sustentação do regime (PDS), essa tipologia inclui: a) apoio à ditadura, que foi considerada qualquer manifestação que endossava e/ou defendia a ditadura e/ou suas políticas, além das demonstrações de apoio ao presidente, prefeito, ministros e demais membros do regime; b) crítica à ditadura, em que foi considerada qualquer demonstração de descontentamento com o regime e/ou suas políticas, incluindo pronunciamentos de apoio à democracia e críticas a atores políticos vinculados ao regime.

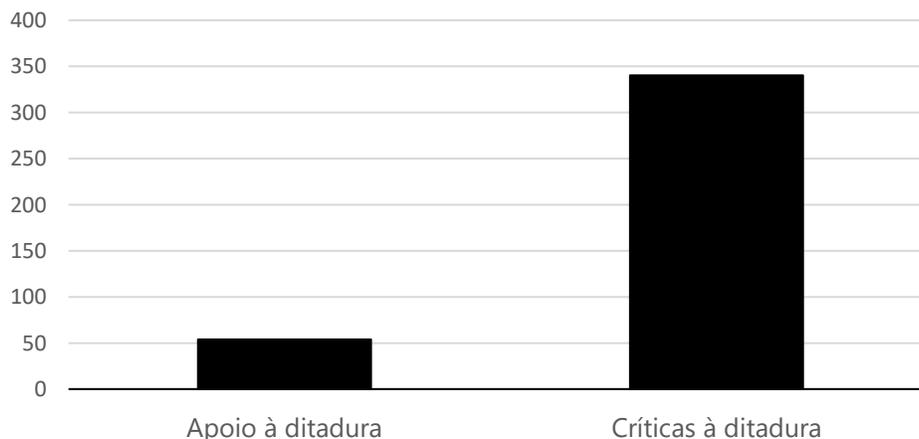
Para os partidos de oposição à ditadura (PMDB, PDT e PFL), consideraram-se: a) críticas à ditadura, o que abrange quaisquer manifestações em repúdio ao golpe de 1964, denúncias em relação às políticas públicas do Executivo nacional, além de considerar as manifestações em apoio à democracia, defesa das eleições diretas para o Executivo nacional e também municipal, extinção das ASN; b) críticas ao Executivo local, criada para compreender a relação da oposição à ditadura no Legislativo municipal com a atuação do último prefeito nomeado pelos militares em Rio Grande. Foram consideradas críticas ao Executivo local, quaisquer demonstrações de descontentamento com a administração de Abel Abreu Dourado, assim como denúncias tanto em relação às políticas realizadas pela prefeitura como possíveis casos de corrupção.

Optou-se por apresentar os resultados da investigação por meio de gráficos, o que torna mais fácil e visual a compreensão dos embates realizados no Legislativo de Rio Grande. Também se ressalta a utilização de exemplos de pronunciamentos que demonstravam o posicionamento dos vereadores em relação à ditadura.

4. Resultados e análise da investigação

Os resultados compreendem os anos de 1983, 1984 e 1985 e consideram a atuação de todos partidos que estavam então representados no Legislativo municipal de Rio Grande durante o período, ou seja, PDS, PMDB, PDT e, somente no último ano, PFL.

Gráfico 1. Pronunciamentos que demonstram posicionamentos sobre a ditadura no Legislativo municipal de Rio Grande (1983-1985)

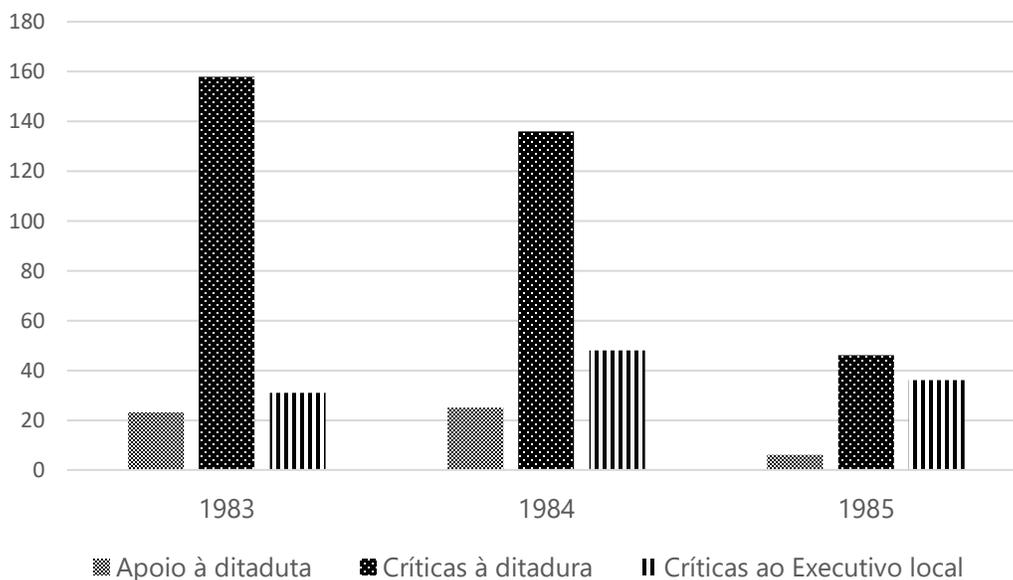


Fonte: Elaboração dos autores com base nos anais da Câmara Municipal do Rio Grande, livros 63-68, 1983-1985.

Observa-se no Gráfico 1, diferença significativa no número de pronunciamentos que criticam a ditadura durante os últimos anos da redemocratização a nível local. É possível explicar por conta de alguns fatores: a) os partidos de oposição à ditadura contavam com o maior número de vereadores e havia uma conjuntura política que permitia à oposição mais intensidade nas críticas; b) diante do desgaste do regime militar nos últimos anos do processo de abertura, diversos vereadores do PDS passaram a apoiar a redemocratização e a proferir críticas à ditadura militar, como sugerem Selcher (1988), Share e Mainwaring (1988). Os pronunciamentos de apoio à ditadura militar foram exclusivamente de autoria dos vereadores do PDS, os quais, de alguma forma, buscavam trazer pontos positivos do governo militar para o país ou para a cidade de Rio Grande.

No entanto, nota-se que os pronunciamentos de críticas à ditadura vão diminuindo, conforme se intensifica o processo de redemocratização, também indo ao encontro do que a literatura da época indica (Selcher, 1988; Share; Mainwaring, 1988). No Gráfico 2, expõe-se o número de pronunciamentos de apoio à ditadura e de críticas à ditadura de acordo com os anos investigados. Nesse gráfico, acrescentam-se os números de críticas ao Executivo local, na época, comandado por um prefeito escolhido por indicação dos militares.

Gráfico 2. Pronunciamentos que demonstram posicionamento sobre a ditadura no Legislativo municipal de Rio Grande de acordo com os anos analisados (1983-1985)



Fonte: Elaboração dos autores com base nos anais da Câmara Municipal do Rio Grande, livros 63-68, 1983-1985.

Como destacado anteriormente, é possível apontar que, conforme foi se aprofundando o processo de abertura democrática, caem os números de pronunciamentos que criticavam o governo militar no Legislativo riograndino. Pode-se considerar que alguns fatores corroboraram para esse cenário, como: a) a aparência inevitável (porém, ainda incerta em 1983 e 1984) do processo eleitoral local que viria a ocorrer em 1985, passando a confiança aos vereadores de oposição de que finalmente o ciclo militar estaria por se encerrar; b) o profundo desgaste do governo Figueiredo, que foi cercado por uma crise econômica e social (Couto, 2003), o que aprofundava ainda mais a necessidade de encerramento desse último governo militar.

Percebe-se, também, o pequeno crescimento nos pronunciamentos de apoio à ditadura. Porém, ele é muito inexpressivo e não indica qualquer tipo de resistência ou de demonstração de defesa pela continuidade da ditadura militar por parte dos representantes do PDS (mesmo que alguns deles defendam ao regime). As críticas em relação ao Executivo local, de origem dos partidos de oposição (PMDB, PDT e, em 1985, PFL), apresentam um crescimento descontínuo ao longo dos anos analisados, atingindo maior número em 1984. Esse fato pode indicar a aproximação das eleições municipais diretas, que retornariam em 1985 e que teriam candidatos dos quatro partidos representados no Legislativo riograndino.

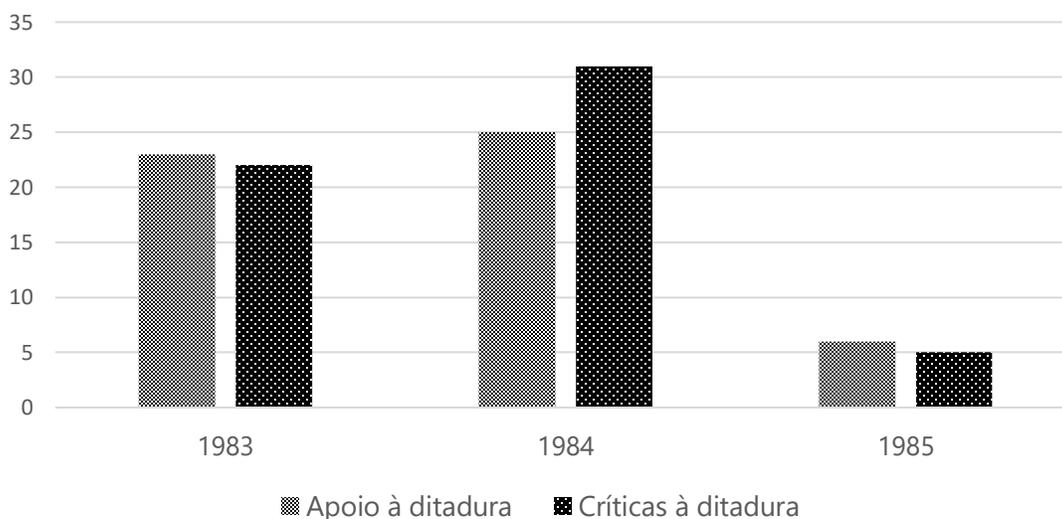
Para entender melhor como aconteceu a dinâmica de debates na Câmara municipal de Rio Grande, começa-se por analisar a atuação de cada partido durante cada ano pesquisado.

Conforme o país caminhava para a redemocratização, o comportamento das bancadas partidárias vai sofrendo transformações. Esses resultados apontam algumas semelhanças, mas, principalmente, diferenças entre as atuações dos partidos presentes no Legislativo municipal.

Assim como os resultados apresentados anteriormente, esta análise também compreende as atas do Legislativo riograndino durante os anos de 1983, 1984 e 1985, abrangendo sessões ordinárias, sessões extraordinárias e reuniões de comissões representativas. Para 1983, ano que dá início a 9ª legislatura, foram analisadas 110 atas. Para 1984, 113. E por fim, em 1985, ano que marca o começo da Nova República, foram investigadas 114 atas.

Começa-se a análise pelo PDS, que era composta por 10 vereadores e constituía a maior do Legislativo riograndino. No Gráfico 3, observa-se o número de pronunciamentos de apoio e também de críticas sobre à ditadura expressos pelo partido.

Gráfico 3. Pronunciamentos que demonstram posicionamentos do PDS sobre a ditadura no Legislativo municipal de Rio Grande (1983-1985)



Fonte: Elaboração dos autores com base nos anais da Câmara Municipal do Rio Grande, livros 63-68, 1983-1985.

A atuação dos vereadores do PDS no primeiro ano da 9ª legislatura foi considerada discreta e contida, quando comparada a dos outros dois anos analisados. Em 1983, observa-se a omissão por parte dessa bancada em relação aos temas mais críticos da ditadura e que frequentemente eram trazidos pelos partidos de oposição. A maior parte dos pronunciamentos do PDS sobre a ditadura foram de apoio ao regime. No entanto, o número é muito próximo dos

pronunciamentos de críticas à ditadura. Percebe-se que os discursos de apoio ao regime costumavam ser curtos, aparentando cautela por parte de quem proferia a fala¹¹.

Sobre os discursos de críticas à ditadura, revela-se por parte da bancada do PDS um consenso sobre o encaminhamento da democracia¹², ao mesmo tempo que não existe um aprofundamento maior nas discussões sobre temas que transparecessem problemas oriundos das políticas realizadas pelos militares, caracterizando essas críticas como moderadas.

Em 1984, a bancada do PDS se torna mais participativa. Com a aproximação da Nova República e o avanço das críticas ao regime de maneira geral, os vereadores demonstram reação em relação ao cenário que estava colocado. Ao mesmo tempo em que cresce o número de apoio à ditadura, também cresce o número de críticas.

Verifica-se que o partido muda de estratégia e adota uma postura de resposta às críticas da oposição. Os quadros do PDS passam a responder e a atacar os partidos de oposição, ingressando em debates que em 1983 eram negligenciados¹³. Nesse momento, notam-se algumas posições mais claras dos vereadores em questões que anteriormente não tinham sido identificadas, como as ideológicas e de críticas à atuação dos demais partidos¹⁴. Pode-se explicar essa mudança no comportamento da bancada como uma possível estratégia de sobrevivência, quando é efetuada uma tentativa de se colocar no debate pela ótica do governo militar e de apontar as falhas dos demais partidos.

Em relação aos pronunciamentos de críticas à ditadura, que cresceram em 1984, fica demonstrado um processo de “esvaziamento” do PDS¹⁵ (Selcher, 1988; Share; Mainwaring, 1988). Alguns dos quadros do partido, ao mesmo tempo em que buscam uma estratégia para sobreviver na sigla, também necessitavam se resguardar por conta do avanço do desmonte da ditadura, que era fortemente criticada por diversos segmentos da sociedade brasileira, o que vinha refletindo no momento das eleições (Trindade, 1982; Arturi, 1995).

Em 1985, a atuação do PDS sofre novas transformações. Além do número de pronunciamentos sobre o tema cair consideravelmente, o PDS sofre duas perdas no Legislativo, ocasionadas por vereadores que migram para o recém-criado PFL. As perdas podem estar relacionadas com os números baixos de pronunciamentos sobre os temas, visto que uma dessas migrações foi de Alberto Amaral Alfaro, que se destacou como líder da bancada em 1983, sendo um dos vereadores mais atuantes pelo PDS.

Em 1985, com o começo da Nova República, agora comandada pelo PMDB, o número de pronunciamentos de apoio ao regime é baixo. Porém, ainda assim existem menções a políticas realizadas pelos governos militares e também a atores políticos ligados à ditadura¹⁶. Também em menor número, são identificadas algumas críticas em relação ao regime militar e ao próprio

¹¹ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1983, Livro 63, Ata 4.623.

¹² Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1983, Livro 63, Ata 4.638.

¹³ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1984, Livro 65, Ata 4.735.

¹⁴ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1984, Livro 65, Ata 4.732.

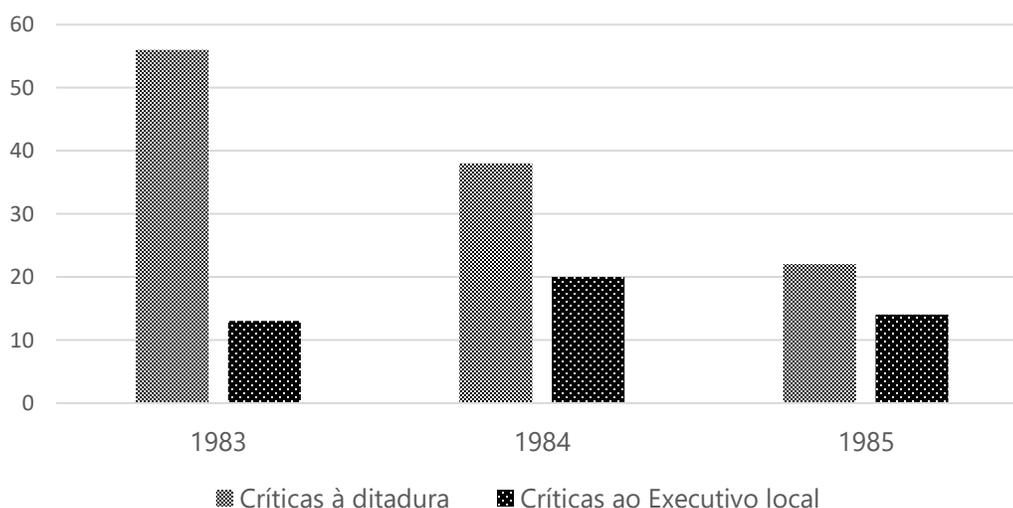
¹⁵ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1984, Livro 65, Ata 4.746.

¹⁶ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.913.

partido¹⁷. Com o advento do governo de José Sarney, o partido passa a abordar os problemas sociais que o país e Rio Grande estavam enfrentando e que, antes, eram pouco mencionados pela bancada¹⁸.

Com o maior número de vereadores opositores (7) no Legislativo de Rio Grande, o PMDB tinha em sua bancada o presidente da Câmara municipal, o que demonstrava a união entre as bancadas de oposição à ditadura para eleger o presidente do Legislativo. No entanto, é perceptível uma boa relação dos vereadores pedessistas com o presidente da casa. No Gráfico 4, apresentam-se os resultados da atuação do PMDB em relação às críticas à ditadura civil-militar e às críticas ao Executivo local nos três anos pesquisados.

Gráfico 4. Pronunciamentos que demonstram posicionamentos do PMDB sobre a ditadura no Legislativo municipal de Rio Grande (1983-1985)



Fonte: Elaboração dos autores com base nos anais da Câmara Municipal do Rio Grande, livros 63-68, 1983-1985.

No primeiro ano analisado, nota-se mais energia nos pronunciamentos dos vereadores do PMDB em relação à ditadura. Pode-se verificar esse fato pela diferença no número de pronunciamentos registrados em 1983 em relação aos demais anos investigados. O partido é enfático e atuante nas críticas, expõe fortes discursos sobre as mazelas econômicas e sociais que o país estava enfrentando¹⁹. Em relação às críticas ao Executivo local, em 1983 o partido registra

¹⁷ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.935.

¹⁸ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.917.

¹⁹ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1983, Livro 63, Ata 4.634.

o menor número desse tipo de posicionamento, os quais giravam, principalmente, em relação às políticas administrativas do prefeito²⁰ e à falta de atenção do poder Executivo com o Legislativo.

Em 1984, o PMDB apresenta uma queda no número de pronunciamentos em relação à ditadura militar. Porém, crescem aqueles de críticas ao Executivo local, algo que era sintomático da articulação do partido para lançar candidatura nas eleições municipais que vieram a ser realizadas no ano seguinte. As críticas feitas ao prefeito em 1983 são mantidas, tanto em relação a sua administração como também denunciam casos de corrupção com uma importante empresa de ônibus atuante no município (Benfica)²¹.

Sobre os pronunciamentos críticos à ditadura, mesmo que em menor quantidade, o partido as manteve, expondo e denunciando as políticas do governo de Figueiredo e manifestando os interesses da população brasileira por melhores condições²². O partido não hesita em denunciar e relembrar o golpe de 1964, culpando a ditadura pela miséria em que se encontrava o país naquele momento²³. Também se identifica na bancada do partido a indignação e a decepção com a não aprovação da emenda Dante Oliveira, que iria restaurar as eleições diretas no país.

O PMDB, que estava há 21 anos como oposição no país, em 1985 se torna governo. Os pronunciamentos decresceram consideravelmente, até mesmo no caso das críticas ao Executivo local. Porém, o comportamento da bancada do PMDB, agora governo nacional, é uma posição enfática nas respostas às críticas realizadas pelo PDS. Nesse sentido, o partido buscou defender-se das acusações do partido representante da ditadura²⁴. A mudança mais notável na bancada do PMDB estava ligada à chegada da democracia: os quadros do partido incorporam o discurso da existência de uma democracia no país²⁵, o que é frequentemente comemorado pelos vereadores nos seus pronunciamentos.

Em 1985, o PMDB passou a liderar o número de críticas à ditadura, o que se dá por conta das frequentes defesas aos ataques do PDS. Ao mesmo tempo, continuava se colocando como oposição ao Executivo local, denunciando problemas que eram enfrentados no município²⁶. Vale mencionar que foram identificados pronunciamentos do partido críticos a medidas do presidente José Sarney, aos quais respondiam que os problemas da Nova República, resultado do período anterior, não seriam resolvidos magicamente.

O PDT, ao mesmo tempo que foi o partido com menor número de vereadores eleitos (4) para a 9ª legislatura no município de Rio Grande, também era a bancada mais atuante e com o maior número de pronunciamentos durante os anos analisados. Além disso, o partido se identificava como a oposição mais ferrenha ao golpe de 1964 e à ditadura dentro do Legislativo riograndino. Nos pronunciamentos da bancada podem ser identificadas diversas denúncias ao

²⁰ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1983, Livro 63, Ata 4.627.

²¹ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1984, Livro 65, Ata 4.754.

²² Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1984, Livro 65, Ata 4.728.

²³ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1984, Livro 65, Ata 4.751.

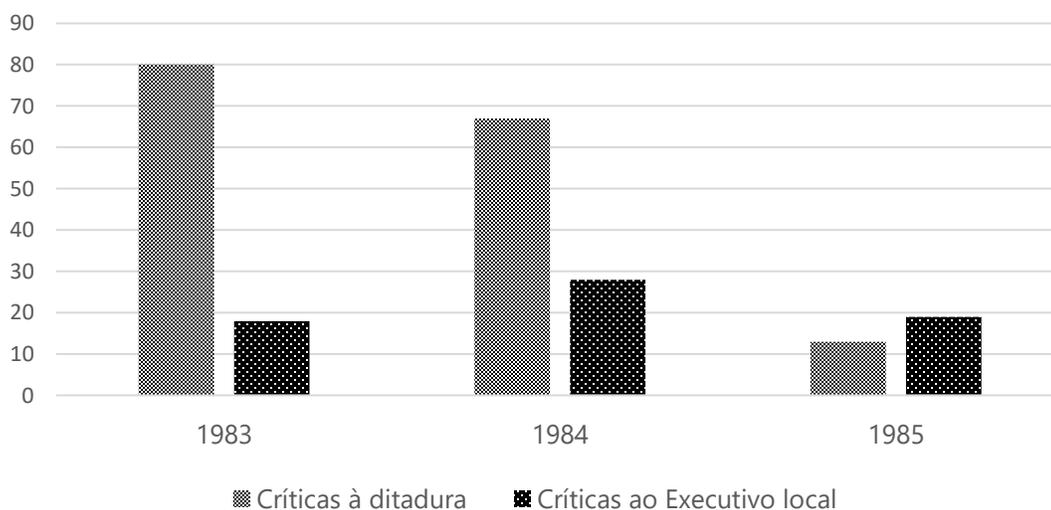
²⁴ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.921.

²⁵ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.919.

²⁶ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.923.

modelo de governo dos militares e também das crises enfrentadas pela população brasileira. No Gráfico 5, visualizam-se os resultados da investigação para a bancada do partido.

Gráfico 5. Pronunciamentos que demonstram posicionamentos do PDT sobre a ditadura no Legislativo municipal de Rio Grande (1983-1985)



Fonte: Elaboração dos autores com base nos anais da Câmara Municipal do Rio Grande, livros 63-68, 1983-1985.

O principal destaque dessa bancada é a sua intensa participação nos debates sobre a ditadura. Regularmente, o PDT mobilizava temas em que demonstrava seu posicionamento sobre a conjuntura nacional. Em 1983, ano em que o número de pronunciamentos críticos à ditadura atinge seu ápice nas bancadas de oposição, é também aquele em que o PDT alcança a maior quantidade desses pronunciamentos em todo período analisado. O partido demonstra ser a oposição mais obstinada dentro da casa, com diversas críticas à condição de desemprego e pobreza, resultante das políticas econômicas da ditadura²⁷.

Em relação às críticas ao Executivo local, o PDT também se mostrou a principal oposição ao prefeito nomeado pelos militares²⁸. Os pronunciamentos atacavam o modo como o Executivo tratava o Legislativo e ainda denunciavam o desemprego no município. A bancada apresenta uma posição crítica ao prefeito do município não ser eleito pelo povo, registrando críticas e defendendo o fim das ASN.

Novamente, em 1984, o PDT é o partido com maior ênfase na luta pela democracia e contra a ditadura, assim como aquele com o maior número de pronunciamentos críticos ao Executivo local. Com o protagonismo dos discursos de oposição ao regime, os representantes do

²⁷ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1983, Livro 63, Ata 4.605.

²⁸ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1983, Livro 64, Ata 4.653.

PDT não hesitam em expressar suas críticas aos casuísmos dos militares e à situação do trabalhador brasileiro²⁹.

Reconhecendo-se como a menor bancada, o PDT reforça que o fato de não possuir um número expressivo de vereadores não faria com que recuasse em relação aos seus posicionamentos, assim como os vereadores mencionam que o partido é a principal resistência e oposição ao regime civil-militar. A maior parte dos pronunciamentos do PDT em 1984 estava ligada à luta por eleições diretas e à defesa da emenda Dante Oliveira. Também se identifica quadros que expressam suas posições ideológicas e confrontam diretamente as políticas e projetos do PDS na casa³⁰.

As críticas ao Executivo local permeavam as medidas administrativas do prefeito³¹, e assim como no caso do PMDB, cresceram no ano de 1984, o que também pode indicar o interesse em lançar candidato no pleito que viria no próximo ano. Tais articulações para a disputa da prefeitura no ano seguinte resultaram em embates entre as oposições. Assim, em 1984, é percebido desentendimentos entre o PDT e o PMDB, que não formariam uma coligação para a disputa das eleições municipais.

Em 1985, com o advento da Nova República, o PDT, assim como os demais partidos, também sofreu redução no número de pronunciamentos sobre a ditadura. Agora oposição ao governo de José Sarney, o PDT ocupava a posição de quem apoiava a Nova República, mas deveria cobrar explicações do partido à frente do Executivo nacional, algo que foi realizado durante o ano de 1985³². É notável nos pronunciamentos da bancada do PDT, a necessidade de consolidação democrática, ainda que a Nova República fosse vista com bons olhos pelos quadros da bancada, que discursavam em tom de esperança pelo novo momento político do país³³.

Em relação às críticas à ditadura no último ano investigado, boa parte delas faziam referências aos problemas herdados pela Nova República, frutos dos 21 anos do regime autoritário que deixaram profundas marcas na sociedade brasileira³⁴. Repetidamente, sem oscilar, os representantes do PDT expressaram-se sobre a miséria em que se encontrava o país, denunciando frequentemente as péssimas condições de vida em que se encontrava grande parte da população brasileira.

Sobre as críticas ao Executivo local, o PDT obteve um número maior desse tipo de pronunciamento que a bancada do PMDB, destacando-se com denúncias em relação à atuação do prefeito³⁵.

²⁹ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1984, Livro 65, Ata 4.757.

³⁰ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1984, Livro 66, Ata 4.774.

³¹ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1984, Livro 66, Ata 4.820.

³² Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.892.

³³ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 67, Ata 4.860.

³⁴ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 67, Ata 4.848.

³⁵ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 68, Ata 4.916.

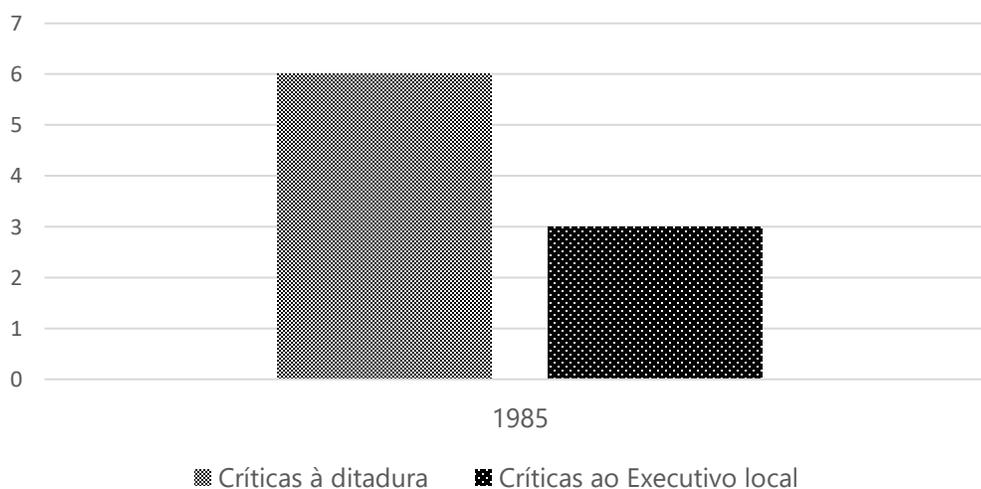
Por fim, analisa-se a curta atuação do PFL no período pesquisado. O partido era uma dissidência do PDS (Oliveira, 2018), tendo sido oficializado em 1985, a partir da Frente Liberal, grupo político que apoiou a candidatura de Tancredo Neves na eleição indireta para presidente.

Seguindo a tendência nacional, ele surge na Câmara Municipal de Rio Grande por conta da migração de dois membros da bancada do PDS, sendo eles: Alberto Amaral Alfaro e Edson Figueiredo. Essa migração foi possível após a emenda constitucional (EC-25), que passou a permitir aos detentores de mandatos a troca de partido sem sofrer punições, como a perda de mandato.

O partido atuou como força crítica à ditadura e ao partido de sustentação da ditadura na qual ambos quadros do PFL fizeram parte, o que indica para uma dissidência motivada pelo descontentamento e declínio do PDS. No entanto, é necessário citar que o surgimento do PFL também estava ligado às ambições eleitorais de Alfaro, que, em 1985, disputou a prefeitura do município, porém sem sucesso.

Ressalva-se, ainda, que os quadros do PFL endossavam a redemocratização e a eleições de Tancredo Neves, motivo pelo qual, ao menos nesse momento, possuíam o respeito dos demais partidos de oposição à ditadura. No gráfico 6, observam-se os resultados da pesquisa para o PFL.

Gráfico 6. Pronunciamentos que demonstram posicionamentos do PFL sobre a ditadura no Legislativo municipal de Rio Grande (1985)



Fonte: Elaboração dos autores com base nos anais da Câmara Municipal do Rio Grande, livros 67-68, 1985.

Os resultados do PFL são pouco expressivos para a pesquisa devido ao curto tempo de existência do partido na Câmara. Assim, não se pode apontar para uma queda no número de

pronunciamentos do partido em 1985. Porém, percebe-se que o número de críticas à ditadura é idêntico ao registrado pelo PDS no mesmo ano. Os vereadores do PFL dispõem críticas à ditadura e ao partido ao qual pertenciam até pouco tempo atrás. Em um dos pronunciamentos, o orador Alberto Amaral Alfaro relata que pessoas tinham sido ameaçadas e diz que o partido não era democrático³⁶.

A bancada também registra pronunciamentos de críticas ao Executivo local, denunciando o modo como o prefeito tratava o funcionalismo público³⁷. Mesmo endossando a Nova República, o PFL também fez pronunciamentos questionando a atuação do PMDB no Executivo nacional.

A fim de concluir a análise do comportamento das bancadas no período em estudo e as mudanças processadas ao longo desses anos de 1983 a 1985, que foram de importantes alterações no cenário nacional – e também local –, a Tabela 3 proporciona uma visão do conjunto desses três anos. Para isto, reúne os dados apresentados anteriormente nos gráficos, que sintetizam os posicionamentos adotados.

Tabela 3: Número e percentual de pronunciamentos que demonstraram posicionamentos das bancadas partidárias sobre a ditadura civil-militar na Câmara Municipal de Rio Grande (1983-1985)

Posicionamento	N				%			
	PDS	PMDB	PDT	PFL	PDS	PMDB	PDT	PFL
Apoio à ditadura	54	-	-	-	48,2	-	-	-
Críticas ao Executivo local	-	47	65	3	-	28,9	28,9	33,4
Críticas à ditadura	58	116	160	6	51,8	71,1	71,1	66,6
Total	112	163	225	9	100	100	100	100

Fonte: Elaboração dos autores com base nos anais da Câmara Municipal do Rio Grande, livros 67-68, 1985.

Como já mencionado, a Tabela 3 mostra que apenas o PDS fez discursos de apoio ao regime, os quais responderam por significativa parcela de sua atividade na tribuna (48,2%). Ao mesmo tempo, ele sistematicamente evitou criticar o governo local. Nem por isso os 58 ou 51,8% devem ser menosprezados, pois eles indicam que, seguindo a tendência da época, os vereadores do PDS (ou parte deles) se adequaram às críticas à ditadura que enfrentava seu período final.

Outra questão a destacar é que, no que tange às críticas ao executivo local, apesar da diferença em número total de pronunciamentos entre os partidos de oposição, em termos percentuais eles são idênticos (28,9%). No que se refere às críticas à ditadura, o mesmo acontece: o PDT é quem fez mais pronunciamentos, no entanto, em termos percentuais, ambos partidos de oposição empatam novamente (71,1%). Isso que indica que, internamente, o modo em que atuaram as oposições frente a esses posicionamentos são bem semelhantes. Já os dados do PFL,

³⁶ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 67, Ata 4.847.

³⁷ Rio Grande. Câmara Municipal de Vereadores, 1985, Livro 67, Ata 4.862.

por conta do tempo de atuação do partido durante o período analisado, não permitem uma interpretação mais extensa sobre o comportamento da sua bancada.

Considerações finais

Analisados e discutidos os resultados da investigação, pode-se retomar a pergunta inicialmente proposta. Observa-se que, durante os últimos anos da ditadura civil-militar, as bancadas partidárias no Legislativo municipal de Rio Grande demonstraram um posicionamento de apoio à democratização.

Conforme aponta a literatura produzida pela Ciência Política da época (Selcher, 1988; Share; Mainwaring, 1988), existiu um esvaziamento do partido de sustentação do regime, ocasião em que nem mesmo seus representantes se dispuseram a enfrentar os custos políticos e eleitorais de defender a ideia de manutenção do sistema político vigente até 1985. Por outro lado, isso pode gerar uma falsa impressão de que ninguém apoiava a ditadura e fornecia condições dentro dos poderes legislativos para a sua existência, algo que não deve ser interpretado dessa maneira. Mesmo na reta final, a ditadura manteve seu sistema de repressão e forte articulação dentro dos poderes legislativos, um exemplo é a rejeição da emenda constitucional Dante Oliveira em 1984.

Em âmbito municipal, esse cenário pode ser exemplificado por meio da relação de apoio que os vereadores do PDS davam ao prefeito nomeado, além de omissão a pautas importantes, como em relação à discussão de extinção das ASN, o que teria relevante impacto no município, tema pouquíssimo mencionado pelos pedessistas.

Sobre as bancadas de oposição, observam-se comportamentos enérgicos quanto ao primeiro ano de atuação dos eleitos em 1982, quando demonstraram obstinação para confrontar a ditadura, suas políticas públicas e seu modo de governo. Observa-se a atuação crítica, tanto do PMDB, quanto do PDT, com destaque ao partido trabalhista, que mesmo em menor número na casa, foi o que mais assomou à tribuna para proferir posicionamentos críticos em relação ao regime a nível nacional e municipal. O PMDB, ficando atrás do PDT no número de posicionamentos sobre a ditadura, também demonstrou ser uma força de oposição no Legislativo riograndino. Porém, observou-se uma maior proximidade e até mesmo capacidade de articulação com a bancada do PDS, quando fosse necessário.

Reforça-se que o comportamento da oposição em Rio Grande durante os anos analisados foi de denúncia ao regime civil-militar e de luta pela democracia. A atuação do PFL não permite maiores destaques por conta do baixo número de registros em relação ao tema pesquisado, no entanto, o fato das migrações partidárias que formaram o partido na Câmara de Rio Grande serem dissidentes do PDS, reforça o esvaziamento que a legenda de apoio à ditadura sofreu na época (também em âmbito municipal).

Por fim, é necessário ressaltar o papel da oposição em relação ao Executivo local, que foi menos intenso que as críticas à ditadura em âmbito nacional. Porém, destaca-se a importância que as bancadas de oposição deram ao tema das ASN e da luta pelo fim das nomeações de

prefeitos pelo regime. Nessa mesma direção, percebe-se as articulações dos partidos para lançar candidato para o pleito de 1985, que retomaria a eleição direta nas ASN.

Referências Bibliográficas

Arturi, Carlos. As Eleições no processo de transição à democracia no Brasil. In Baquero, M. (Org.). *Brasil: opinião pública, transição e eleições no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

_____. O Debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17, p. 11-31, nov, 2001.

Azevedo, Evelin. Em nome da segurança nacional, ditadura proíbe voto em capitais e outras cidades. *Acervo O Globo*, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-nome-da-seguranca-nacional-ditadura-proibe-voto-em-capitais-outras-cidades-20203122#ixzz5ujSpni8b>> Acesso em 25 jul. 2019.

Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

Bicudo, Hélio. *Segurança Nacional ou Submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Caregnato, Rita e Mutti, Regina. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. *Texto e Contexto - Enfermagem*, Florianópolis, n. 15, v. 4, 679-684, out-dez. 2006.

Castro, Robert. Assassinatos no navio Canopus e a transferência do Comando do 5º Distrito Naval para Rio Grande – RS. *Jornal Agora*, Rio Grande, 2018. Disponível em: <<http://www.cwaclipping.net/sistema/webservice/midias/j/?idmateria=10789828&security=4a7e82825b52.6475352.10789828>> Acesso em 25 jul. 2019.

Cavalcante, Ricardo, Calixto, Pedro e Pinheiro, Marta. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Revista Informação e Sociedade*, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan-abr, 2014.

Costa, Leandro. A Cidade do Rio Grande ao longo da década de 1970: desenvolvimento econômico, vigilância e repressão em área de segurança nacional. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, jul, 2011.

_____. *Festivais de música em Área de Segurança Nacional: a periferia da música popular brasileira na cidade do Rio Grande (1970-1976)*. 2013. 243f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Couto, Ronaldo. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Dal Ri Jr, Arno. O Conceito de segurança nacional na doutrina jurídica brasileira: uso e representações do Estado Novo à ditadura militar brasileira. *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, Curitiba, v. 14, n. 14, p. 525-543, jul-dez. 2013.

Diniz, Eli. Transição política no Brasil: perspectivas para a democracia. *GT Elites Políticas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. X Encontro Anual, Campos do Jordão: out. 1986.

Gerardi, André Dirceu. Recrutamento, nomeação e carreiras políticas de prefeitos em ASN do Rio Grande do Sul. 2015. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

Gugliano, Alfredo e Gallo, Carlos. Modelos de transição, memória da repressão e políticas de direitos humanos no Brasil. *O Público e o Privado*, n. 18, jul.-dez., p. 31-42, 2011.

Kantorski, Leonardo. *Expurgo de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)*. 2011. 252f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, 2011.

Kinzo, Maria D'alva *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

Lamounier, Bolivar. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. In: Rouquié, A., Lamounier, B. e Schvarzer, J. (Org.). *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, p. 104-140, 1985.

Brasil. Decreto-lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968. *Coleção de leis do Brasil*, Edição Federal, Brasília, v. 3, 1968. Decreto.

Lima Jr, Olavo Brasil. *Democracias e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.

Neves, Francisco. Governo do Prefeito Farydo Salomão. *Revista Biblos*, Rio Grande. v. 3, p. 19-47, 1990.

Noll, Maria Izabel. Partidos e Eleições no Rio Grande do Sul. In Baquero, M. (Org.). *Brasil: Opinião pública, transição e eleições no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

Noll, Maria Izabel e Trindade, Héliogio. Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823 – 2002). Porto Alegre: UFRGS, 2004.

Oliveira, Augusto. Os sistemas partidários do Rio Grande do Sul: do Império à Nova República. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.25, p. 87-132, jan-abr, 2018.

Selcher, Wayne. Contradições, dilemas e protagonistas da abertura no Brasil (1979-1985). In Selcher, W. (Org.). *Abertura política no Brasil: dinâmica, dilemas e perspectivas*. São Paulo: Convívio, 1988.

Share, Donald e Mainwaring, Scott. Transição através da negociação: a democratização no Brasil e na Espanha. In Selcher W. (Org.). *Abertura política no Brasil: dinâmica, dilemas e perspectivas*. São Paulo: Convívio, 1988.

Torres, Luiz Henrique. O perigo vermelho: manifestações populares em Rio Grande (1952). *Revista Biblos*, Rio Grande, v.23, n.2, p. 261-279, 2009.

TRE-RS (Tribunal Regional Eleitoral Do Rio Grande Do Sul). *Eleições. Resultados 1968*. Disponível em: <http://www.tre-rs.gov.br/upload/2/Municipais_Rio_Grande1968.PDF>. Acesso em: 12 jul. 2017.

TRE-RS (Tribunal Regional Eleitoral Do Rio Grande Do Sul). *Eleições. Resultados 1972*. Disponível em: <http://www.tre-rs.gov.br/upload/2/Municipais_Rio_Grande1972.PDF>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. (Tribunal Regional Eleitoral Do Rio Grande Do Sul). *Eleições. Resultados 1976*. Disponível em: <http://www.tre-rs.gov.br/upload/21/Municipais_Rio_Grande1976.PDF>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. (Tribunal Regional Eleitoral Do Rio Grande Do Sul). *Eleições. Resultados 1982*. Disponível em: <http://www.tre-rs.gov.br/upload/14/Municipais_Rio_Grande1982.PDF>. Acesso em: 12 jul. 2017.

Trindade, Héglio. Paradoxos da conjuntura política: a sociedade civil sob pressão. In Trindade, H. (Org.). *Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política*. Porto Alegre, Sulina, 1982.

_____. Partidos políticos e transição democrática: populismo/anti-populismo na política brasileira. *GT Elites Políticas da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: out. 1985.

_____. e Noll, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS; Sulina, 1991.

Vasconcelos, Pedro e Piva, Rogério. A importância do Mercosul na economia rio-grandina através da movimentação de cargas pelo Porto do Rio Grande. *Revista SINERGIA*, Rio Grande, v. 11, n. 1, p. 49-56, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/612>>. Acesso em 25 jul. 2019.